

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/ES

## Estudo Técnico Preliminar 156/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23068.019575/2024-01

## 2. Descrição da necessidade

As unidades dos *Campi* (Alegre, Goiabeiras, Maruípe e São Mateus) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão que, somadas aos atendimentos realizados ao público, geram uma quantidade significativa de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) que requerem coleta, tratamento e destinação final apropriados.

Considerando que a Resolução CONAMA Nº 358, de 29/04/2005, em seu artigo 3º, descreve que *"cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde e ao responsável legal, referidos no art. 1º desta Resolução, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e saúde ocupacional, sem prejuízo de responsabilização solidária de todos aqueles, pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final, nos termos da Lei nº 6.938, de 31/08/1981"*; a omissão nesse gerenciamento sujeitaria a Administração a sanções e penalidades previstas na legislação ambiental e sanitária vigente.

A contratação dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, gerados nos *Campi*, é necessária e, sob a perspectiva do interesse público, visa alcançar os seguintes objetivos: (i). a destinação correta dos resíduos gerados pelas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atendimento ao público; (ii). a promoção da preservação ambiental; (iii). a proteção à saúde dos usuários dos laboratórios dos *Campi*, ou seja, a segurança dos estudantes, docentes e técnico-administrativos envolvidos nas práticas didáticas e atendimentos clínicos; (iv). a garantia do funcionamento regular de laboratórios, clínicas e demais ambientes acadêmicos, possibilitando a continuidade da prestação dos serviços que geram os referidos resíduos; e (v). o atendimento à legislação vigente.

Diante do exposto, fica evidenciado que além de atender aos requisitos legais e ambientais, a presente contratação garante à Administração maior economicidade e eficácia, tendo em vista que a execução direta desse serviço pela própria instituição demandaria elevados custos e a mobilização de recursos especializados, os quais não estão disponíveis no âmbito da Universidade. Ressalte-se, ainda, que essa atividade requer estrutura ambiental própria, bem como a obtenção de licenças específicas – tanto ambientais quanto de segurança do trabalho – para assegurar a conformidade com a legislação vigente.

Portanto, a contratação em tela configura-se como medida imprescindível para a UFES, uma vez que a Universidade não dispõe de pessoal, equipamentos, logística e infraestrutura adequados para o gerenciamento desse tipo de resíduo, que, por suas características específicas, evidentemente, não pode ser recolhido pelos serviços convencionais de coleta urbana.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Infraestrutura - Setorial Sul	Erivelton Costa Souza

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

De acordo com o art. 9º da Instrução Normativa nº 58/2022, os Estudos Preliminares devem conter os requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, as exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista serão as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinará o termo de referência e o edital do certame, e a textualidade para descrição de tais exigências serão aquelas fornecidas pelos modelos de documentos disponibilizados pela Advocacia Geral da União.

Os critérios de qualificação técnica, capacitação técnico-operacional e capacitação técnico-profissional a serem atendidos pelo fornecedor serão:

#### **Qualificação Técnica:**

Apresentação de documento que comprove registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), conforme artigo 59 da Lei nº 5.194, de 24/12/1966, e artigo 1º da Lei nº 6.839, de 30/10/1980, da região a que está vinculado a licitante, e que comprove atividade relacionada à prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde.

As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pela licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por esse fato e que não utilizará desse para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

#### **Capacitação Técnico-Operacional:**

Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, órgão responsável pela fiscalização da atividade, ou de Certidão(ões) de Acervo Operacional - CAO (artigo 67, inciso II da Lei 14.133/2021; Resolução 1.137/2023 CONFEA; Resolução 273/2024 CFI), em nome da licitante, relativo à execução de serviço de coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde, com, no mínimo, 50% do volume estimado para cada item que compõe os lotes desta contratação.

Os documentos exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

- a). Descrição das características técnicas do serviço e ateste da execução parcial ou total do objeto do contrato;
- b). Assinatura do representante da contratante;
- c). Identificação do representante da contratada/contratante;
- d). Data de emissão.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 26/05/2017.

#### **Capacitação Técnico-Profissional:**

Comprovação da licitante de possuir, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Químico ou Engenheiro Industrial modalidade Química, com comprovada experiência em execução de prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde, não sendo exigido quantitativo mínimo, através de:

- a). apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, registrada(s) no respectivo conselho em nome do(s) profissional(is) apresentado(s) para atendimento ao item acima, acompanhada(s) de seu(s) respectivo(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada; e
- b). apresentação de documento que comprove registro em seu respectivo Conselho de Classe.

A comprovação de vínculo profissional far-se-á pela apresentação de um dos seguintes registros: (i). cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; (ii). cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; (iii). cópia do contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência desse profissional; (iv). cópia da Certidão de Registro em vigor da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme Resolução CONFEA nº 266, de 15/12/1979, da região a que está vinculado a licitante em que conste o profissional na lista de responsáveis técnicos.

Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 26/05/2017.

#### **Sustentabilidade Ambiental**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

A empresa contratada deverá apresentar registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), conforme Anexos I e II da Instrução Normativa nº 12, de 20/08/2021.

A empresa contratada deverá apresentar registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa 13, de 23/08/2021.

A empresa deverá apresentar comprovação de que possui aterro sanitário próprio devidamente licenciado pelos órgãos ambientais e sanitários competentes, com vistas à disposição final dos resíduos coletados, ou comprovação de existência de contrato firmado ou carta de anuência com terceiros para disposição dos resíduos coletados, cabendo comprovação, em igual modo, da existência de licenciamento ambiental e sanitário fornecido pelos órgãos competentes no prazo de até 10 dias após a assinatura do contrato.

Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer, no que couber, às disposições do Plano de Coleta Seletiva e Destinação Final dos Resíduos Gerados dentro das Unidades Físicas da Ufes, Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar, além de obedecer, integralmente, às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 02/08/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA.

Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, se houver, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 02/08/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, e Instrução Normativa nº 1, 25/01/2013 – IBAMA, destacando-se ainda os seguintes itens:

- a). estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013 (CTF APP/AIDA);
- b). possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;
- c). possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

A contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 02/08/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936 de 12/01/2022, deverá:

- a). elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;
- b). adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
- c). informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

A empresa deverá apresentar também prova de atendimento aos requisitos previstos em lei:

- a). Licença Ambiental de Operação, emitida pelo órgão ambiental do local onde está a matriz da licitante, em obediência à Lei nº 6.938, de 31/08/1981 – Política Nacional de Meio Ambiente e Resolução nº 237, de 19/12/1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- b). Licença Ambiental para atividade de coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde;
- c). Licença Ambiental para atividade de tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde, conforme RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA;
- d). Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitido pelo IBAMA, em nome da empresa;
- e). no caso de transporte marítimo e interestadual será exigida a Autorização Ambiental para o transporte de produtos perigosos, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 09/05/2012;
- f). para o caso de transporte nos limites do estado do Espírito Santo a empresa deve seguir as regras de licenciamento ou autorização ambiental para o transporte de produtos perigosos editadas pelo órgão estadual de meio ambiente, conforme artigo 8º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;
- g). Certificado de Regularidade Ativo da licitante no Cadastro Técnico Federal, emitido pelo IBAMA, cuja atividade esteja relacionada ao objeto da licitação;
- h). Certidão Negativa de Débitos Ambientais – CNDA emitida pelos órgãos de controle estadual conforme Lei Ordinária nº 5230, de 10/06/1996.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar os seguintes combustíveis renováveis: etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc., inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 16/06/1998.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08, de 31/08/1993, nº 17, de 13/12/1995, nº 242, de 30/08/1998, nº 272, de 14/09/2000 e legislação superveniente e correlata.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, nº 490, de 16/11/2018 e nº 492, de 20/12/2018, complementações e alterações supervenientes.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.

A empresa contratada deve promover a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, e Resolução da Diretoria Colegiada RDC / ANVISA nº 222, de 28/03/2018).

A empresa contratada deve promover boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC / ANVISA nº 15, de 15/03/2012).

### **Subcontratação**

Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

a). é vedada a subcontratação da parcela principal da obrigação, a qual consiste na coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde para aterros sanitários legalizados ou empresas que prestam este tipo de serviço;

b). poderá ser subcontratada a destinação final de resíduos de serviço de saúde.

No caso de subcontratação de empresa para destinação dos resíduos, a subcontratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade Ativo no Cadastro Técnico Federal, emitido pelo IBAMA, além do contrato de prestação de serviços em que conste a vencedora do certame como contratante e a empresa de destinação como contratada vigente.

### **Transferência de Conhecimento**

A contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **5. Levantamento de Mercado**

Em atendimento ao inciso III, artigo 9 IN SEGES nº 58, de 08/08/2022, esta seção do ETP descreve as alternativas de soluções possíveis ao caso sob análise. E ainda esclarece as justificativas de escolha da solução, inclusive, considerando as possibilidades técnicas e legais de atendimento à necessidade apresentada.

O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição em um processo licitatório.

A solução é padronizada no ramo de fornecimento de desse tipo de serviço tanto para o setor público como privado.

Há no mercado nacional inúmeras empresas aptas a fornecerem a prestação dos serviços, haja vista as contratações realizadas pela Administração Pública para este tipo de demanda.

Relativamente às soluções disponíveis, foi possível identificar o disposto a seguir:

a). realizar o serviço pela própria Instituição.

b). buscar parcerias com a gestão municipal em termo de cooperação.

c). contratar de empresa especializada na prestação de serviços continuados.

### **Realizar o serviço pela própria Instituição**

A UFES não possui pessoal, equipamentos, logística e infraestrutura apropriados para gerenciar todas as etapas que envolvem o tratamento adequado dos resíduos. Outro fator importante a se considerar é que os municípios onde se localizam os *Campi* da Universidade não oferecem áreas ambientalmente seguras disponíveis para receber esse material, condição indispensável para se atingir o desenvolvimento sustentável. Desse modo, seria necessária a minimização e/ou eliminação da geração de resíduos, a partir de uma segregação eficiente e métodos de tratamento que tenham como objetivo diminuir o volume dos resíduos a serem dispostos em solo, provendo proteção à saúde e ao meio ambiente. Contudo, seria uma solução muito onerosa e construída à longo prazo, a qual não será descartada, mas não atende à demanda neste momento.

**Buscar parcerias com a gestão municipal em termo de cooperação**

Em parceria com as Prefeituras Municipais, a UFES consegue promover a destinação correta dos resíduos comuns (orgânicos, recicláveis e não recicláveis e rejeitos) que são gerados em seus *Campi*. Contudo, os Resíduos dos Serviços de Saúde têm características específicas e, evidentemente, não pode ser recolhido pelos serviços convencionais de coleta urbana, exatamente como estabeleceu a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222, de 28 /03/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Dessa forma, como não é atribuição única da municipalidade, mas de todos os entes da Federação, a obrigação de, em consonância com o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, cuidar do meio ambiente, não é possível a coleta de forma direta desses resíduos.

**Contratar de empresa especializada na prestação de serviços continuados.**

Tendo por finalidade o cumprimento da legislação vigente, que define as diretrizes para o gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, a opção viável é a terceirização, uma vez que tais resíduos demandam atenção especializada em todas as suas fases de manejo (segregação, condicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final) em decorrência dos imediatos e graves riscos que podem oferecer, por apresentarem componentes químicos, biológicos e, por vezes (mas não é o caso da UFES), radioativos. O descarte inadequado de resíduos tem produzido passivos ambientais capazes de colocar em risco e comprometer os recursos naturais e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Portaria nº 443, de 27/12/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que regulamenta o Decreto nº 9.507, de 21/09/2018. A referida portaria, no Inciso XIV, do artigo 1º, classifica a “limpeza” como objeto de execução, preferencialmente, indireta.

A Coleta, Transporte e Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde se enquadra como serviço de natureza continuada que, conforme artigo 15 da IN SEGES/MP nº 5, de 26/05/2017, “(...) visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

No presente caso, a descontinuidade do serviço expõe a saúde dos usuários, agride o meio ambiente e descumpre determinações legais. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Verificou-se que dentre as alternativas disponíveis, a contratação de empresa especializada para coleta de resíduos, a ser executado de forma contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, apresenta maior viabilidade técnica e a melhor adequação às demandas institucionais.

Durante o levantamento de mercado, identificou-se que diversas instituições optaram pela terceirização do serviço de coleta de resíduos:

ITEM	PREGÃO	OBJETO	ÓRGÃO
01	16/2023	Contratação de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos sólidos, semissólidos e líquidos, em geral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos	Ministério da Defesa Comando da Aeronáutica
02	07/2024	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no município de Bocaiúva do Sul/PR, com destinação final dos resíduos domiciliares no aterro sanitário de Fazenda Rio Grande/pr, conforme condições estabelecidas no termo de referência e edital	Município de Bocaiúva do Sul - PR.
03	05/2023	Contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados gerados nas dependências da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	ENAP
04	28/2024	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos coletados no município de Witmarsum-SC.	Município de Witmarsum-SC
05	52/2023	Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta de resíduos volumosos (Classe II-A e II-B, através de contêineres de 30 a 39 ms, com trasnporte em veículo roll on roll off, incluindo tratamento e destinação final em aterro	Município de Três Barras do Paraná-PR

06	14/2023	Contratação de empresa especializada em serviços de coleta, transporte, tratamento e/ou destinação final de resíduos, com intuito de atender 07 (sete) estabelecimentos da rede pública municipal, sendo um desses na zona rural. resíduos hospitalares	Prefeitura Municipal de Cambuquira-MG
07	97/2023	Contratação de serviços continuados sem dedicação exclusiva da mão de obra por empresa especializada para coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de lixo extraordinário do tipo resíduo sólido (Classe II-A), gerados pelas atividades do restaurante universitário, dos refeitórios externos e da moradia estudantil de niterói, vinculados a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) da Universidade Federal Fluminense (UFF)	UFF
08	04/2023	Contratação de empresa para prestação de serviço especializado em coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde, gerados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, CPTL e CPAR	UFMS
09	28/2024	Contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada com emissão de certificação de destinação final de resíduos perigosos Classe I (conforme Norma Técnica NBR-10004/2004) em estado sólido e líquido sendo eles resíduos químicos diversos, óleos lubrificantes e hidráulicos e agrotóxicos gerados e coletados em diferentes unidades da Universidade Federal de Pelotas / UFPEL	UFPEL
10	24/2024	Contratação de empresa especializada em serviços, sob demanda, de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos perigosos (infectantes, químicos e perfurocortantes), incluindo o fornecimento de embalagens padronizadas para cada tipo de resíduo, para atender a demanda da Universidade Federal do Cariri (UFCA)	UFCA

Finalizada a busca de soluções aplicadas em outras instituições, a fim de subsidiar o presente Estudo Técnico Preliminar, foi realizada a pesquisa de preços, através de consultas a empresas que atuam no mercado, conforme Anexo III deste ETP.

Em atendimento ao disposto no art. 3º, inciso VIII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, a seleção das 22 (vinte e duas) empresas consultadas para fins de obtenção de cotações de preços observou critérios objetivos de pertinência, viabilidade operacional e potencial capacidade de atendimento ao objeto pretendido.

Para a composição da pesquisa mercadológica, buscou-se identificar empresas consolidadas no segmento correspondente ao objeto da contratação, com atuação regular e reconhecida no mercado, priorizando-se aquelas sediadas no Estado do Espírito Santo e na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Tal delimitação geográfica decorre da necessidade de assegurar maior compatibilidade logística e operacional entre as rotas de atendimento já praticadas pelas empresas e as unidades da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Considerou-se, ainda, que a existência de rotas de prestação de serviços e/ou distribuição já estabelecidas nessas regiões poderia favorecer a inclusão dos Campi da UFES em eventual futura contratação, ampliando a competitividade do certame e aumentando a probabilidade de obtenção de propostas exequíveis e compatíveis com a realidade de mercado.

Desse modo, a escolha das empresas consultadas observou critérios de razoabilidade, eficiência administrativa e aderência ao mercado potencial fornecedor, em conformidade com os princípios da economicidade, competitividade e vantajosidade da contratação pública.

O Painel de Preços do Governo Federal também foi consultado para embasar a presente contratação. No entanto, em razão das especificidades da demanda, não foram identificados registros com grau de similaridade suficiente para serem utilizados como parâmetro de comparação.

Tal ausência pode ser explicada pelo fato de que a geração de resíduos é uma variável que apresenta grande discrepância entre instituições, tanto em relação à quantidade quanto à natureza dos resíduos produzidos. Além disso, a distância entre os centros geradores e os locais de destinação final também varia significativamente, impactando diretamente os custos operacionais e, consequentemente, os valores orçados. Esses fatores inviabilizam a utilização do Painel de Preços como fonte adequada para a pesquisa de preços nesta contratação.

Dessa forma, considerando o histórico desta instituição, que tem sido bem sucedido na contratação e gestão dos serviços terceirizados para Coleta, Transporte e Destinação Final dos Resíduos de Serviço de Saúde gerados em suas unidades; considerando a consulta realizada em outras instituições, inclusive Universidades, que são instituições análogas à UFES, com viés voltado ao ensino, à pesquisa e à extensão, e se ter verificado que, de forma geral, a opção mais utilizada para atender às demandas de coleta, transporte e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) tem sido a contratação de empresas terceirizadas; a equipe de planejamento optou por manter o modelo de contratação, realizando as adaptações necessárias, seguindo os normativos vigentes, atendendo as exigências dos órgãos ambientais.

## 6. Descrição da solução como um todo

O gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas, técnicas e normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar, àqueles gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde, dos recursos naturais e do meio ambiente.

O detalhamento e as orientações básicas para a adequada prestação dos serviços configuram-se em realizar ações relativas ao manejo de resíduos sólidos, que corresponde às etapas de: segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário, armazenamento externo, coleta interna, transporte externo, destinação e disposição final ambientalmente adequada, considerando as características e riscos dos resíduos, as ações de proteção à saúde e ao meio ambiente e os princípios da biossegurança de empregar medidas técnicas administrativas e normativas para prevenir acidentes.

Isso posto, a solução indicada neste ETP abrange a prestação do serviço continuado de manuseio, classificação, compatibilização, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, com fornecimento de recipientes para armazenagem dos resíduos, gerados nos *Campi* da UFES (Alegre, Goiabeiras, Maruípe e São Mateus).

Os serviços descritos no objeto deverão seguir, no que couber, as seguintes Normas, leis, regulamentos:

- a). Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 02/08/2010;
- b). Decreto Federal nº 10.388, de 05/06/2020;
- c). Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 222, de 28/03/2018;
- d). Resolução ANTT nº 5.998, de 03/11/2022;
- e). Resolução do CONAMA nº 358, de 29/04/2005;
- f). Norma Brasileira da ABNT nº 10.004/2004;
- g). Norma Brasileira da ABNT nº 7.500/2023;
- h). Política Estadual de Resíduos Sólidos do Espírito Santo, Lei nº 9.264, de 15/07/2009;
- i). Decreto Estadual-ES nº 5.177 - R, de 15/07/2022; e
- j). Plano de Coleta Seletiva e Destinação Final dos Resíduos Gerados dentro das Unidades Físicas da UFES.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1. Início da execução do objeto: A partir da emissão da ordem de serviço.
2. Os serviços serão prestados nas unidades dos *Campi* da UFES, em Alegre, Vitória (Goiabeiras e Maruípe) e São Mateus, conforme cronograma a ser combinado com a contratada, observando-se as seguintes informações.

### 2.1. Unidades do *Campus* de Alegre

2.1.1. Endereços: Rua Alto Universitário s/nº, Guararema; 29500-000 – Alegre-ES; Fazenda Experimental, Rodovia BR 482, KM 77; Distrito de Rive; 29520-000 – Alegre-ES; Avenida Carlos Lindemberg, 316, Centro; 29550-000 – Jerônimo Monteiro-ES; e Rodovia BR 482, KM 53; 29550-000 – Jerônimo Monteiro-ES;

2.1.2. Os recolhimentos serão feitos nos pontos de coletas, localizados em Alegre, Rive e em Jerônimo Monteiro, a serem acordados entre contratante e contratada; e

2.1.3. A coleta dos resíduos será agendada pela contratante junto à contratada e, previamente, comunicada aos demandantes dos serviços, a fim de ser realizada, sempre no horário compreendido entre 8h e 17h, de segunda-feira a sexta-feira (dias úteis).

### 2.2. Unidades do *Campus* de Maruípe

2.2.1. Endereço: Avenida Marechal Campus, 1.468, Maruípe; 29047-105 – Vitória-ES;

2.2.2. Os recolhimentos serão feitos nos seguintes pontos de coleta: Biotério Central, Departamento de Ciências Farmacêuticas, Departamento de Morfologia, Departamento de Ciências Fisiológicas, Departamento de Patologia, Departamento de Enfermagem, Núcleo de Doenças Infecciosas, Clínica Escola, Laboratório de Habilidades, Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA) e, no caso do resíduo de formaldeído, tanque de armazenamento do Departamento de Morfologia; e

2.2.3. A coleta dos resíduos será agendada pela contratante junto à contratada e, previamente, comunicada aos demandantes dos serviços, a fim de ser realizada, sempre em horário compreendido entre 8h e 14h, de terça-feira à sexta-feira (dias úteis), exceto o resíduo de formaldeído, cuja coleta deverá ser realizada, preferencialmente, nas manhãs de quarta-feira.

2.3. Unidades do *Campus* de São Mateus

2.3.1. Endereço: Rodovia BR 101, Km 60, Litorâneo; 29932-540 – São Mateus-ES;

2.3.2. Os recolhimentos serão feitos nos pontos de coletas, localizados nos Prédios de Laboratórios, bem como em outros espaços dentro do *Campus* de São Mateus indicados, com antecedência, pela fiscalização do contrato; e

2.3.3. A coleta dos resíduos será agendada pela contratante junto à contratada e, previamente, comunicada aos demandantes dos serviços, a fim de ser realizada, sempre no horário compreendido entre 8h e 14h, de segunda-feira a sexta-feira (dias úteis).

2.4. Unidades do *Campus* de Goiabeiras

2.4.1. Endereço: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras; 29075-910 – Vitória-ES;

2.1.2. Os recolhimentos serão feitos nos pontos de coletas, localizados no *Campus* de Goiabeiras, a serem acordados entre contratante e contratada; e

2.1.3. A coleta dos resíduos será agendada pela contratante junto à contratada e, previamente, comunicada aos demandantes dos serviços, a fim de ser realizada, sempre no horário compreendido entre 8h e 17h, de segunda-feira a sexta-feira (dias úteis).

3. Para planejamento dos serviços, os demandantes serão orientados a informar à fiscalização dos contratos, via e-mail, cujo endereço será disponibilizado oportunamente, até o quinto dia útil do mês, a quantidade de resíduos gerados no seu setor, referente ao mês anterior.

4. A contratada deverá ter condições de coletar, transportar, tratar e dispor adequadamente conforme legislação vigente, a totalidade dos volumes de resíduos gerados no período.

5. A UFES fará a guarda provisória do resíduo do momento da sua geração até a data da coleta.

6. Na data previamente agendada para a retirada dos resíduos, a contratante repassará o roteiro de coleta e autorizará o ingresso do veículo da contratada aos locais definidos.

7. A contratante efetuará a entrega ao motorista dos documentos fiscais e manifestos necessários à retirada e transporte dos resíduos.

8. A contratada deverá enviar um técnico químico com experiência no manuseio de resíduos perigosos, para classificar, segregar por compatibilidade e acondicionar os resíduos de forma a garantir a segurança do transporte.

9. A contratada deverá fornecer as embalagens, com identificação conforme NBR 7.500/2023, em número suficiente para dispensação e acondicionamento dos resíduos de serviços de saúde, sendo responsável pela sua reposição.

10. A contratada deverá possuir um sistema de controle do peso coletado devidamente aprovado conforme norma do INMETRO, de forma que no momento da coleta possam ser emitidos recibos dos montantes coletados de cada tipo de resíduo permitindo a conferência e assinatura pelo responsável, designado pela contratante.

11. No momento da coleta, os funcionários da empresa contratada deverão estar utilizando os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários para contato com resíduos de serviços de saúde.

12. O manuseio dos sacos de lixo deverá ser mínimo e cuidadoso, devendo-se evitar o contato manual (usar luvas).

13. É proibido esvaziar sacos de resíduos.

14. Quando for necessário o transporte com uso de carrinho, ele deverá ser fechado, leve e com paredes e tampas impermeáveis e fáceis de desinfetar.

15. Os suportes ou recipientes que contenham sacos de resíduos devem ser desinfetados periodicamente.

16. Os resíduos deverão ser classificados de acordo com a natureza química de seus componentes, compatibilizados e reembalados para a adequada destinação final.

17. A contratada deverá fornecer as fichas de emergência e envelope para transporte dos resíduos, conforme determinações das Normas Técnicas NBR 7.503/2023 e NBR 7.504/2023, bem como kit de emergência e placas de sinalização (rótulos de risco e os painéis de segurança com numeração ONU) conforme NBR 7.500/2023 e NBR 9.735/2025.
18. A contratada deverá providenciar o carregamento e o transporte dos resíduos desde a origem até as instalações de processamento e destinação final, sendo de sua responsabilidade pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre o serviço prestado.
19. A contratada deverá possuir as autorizações específicas junto aos órgãos de controle ambiental competentes, que são necessárias para o transporte dos resíduos às instalações de tratamento e destinação final.
20. O transporte deverá ser realizado por transportadora devidamente licenciada pelo Órgão Ambiental competente, e deverá cumprir o Regulamento para Transporte de Produtos Perigosos e Normas Técnicas aplicáveis, com veículo devidamente sinalizado e equipado, conduzido por motorista especialmente habilitado para transporte de cargas perigosas.
21. O transporte será executado pela contratada através de veículos exclusivos para a atividade. Os veículos devem possuir Certificado de Inspeção de Produtos Perigosos (CIPP) e o Certificado de Inspeção Veicular (CIV).
22. Apresentar Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).
23. A descontaminação do veículo de transporte dos resíduos deverá ser realizada pela contratada.
24. Os veículos deverão estar licenciados pela vigilância sanitária, de forma a não ocorrer espalhamento de resíduos nas vias públicas. Estando ainda, a sua manutenção e quaisquer outras despesas e encargos, sob inteira responsabilidade da contratada.
25. A contratada, responsável pela coleta dos resíduos químicos, deverá utilizar um sistema de tratamento de resíduos devidamente licenciado pelos órgãos ambientais e submetido a monitoramento periódico, de acordo com parâmetros e periodicidade definidos no licenciamento ambiental, para o tratamento dos resíduos.
26. Todo e qualquer processo de tratamento/destinação final identificado como o mais adequado para cada classificação será executado em instalações licenciadas pelos órgãos de controle ambientais competentes, e será comprovado pelo respectivo Certificado de Destinação fornecido à contratante;
27. A contratada deverá apresentar ao final das coletas os certificados de tratamento dos resíduos emitidos com todas as informações sobre os serviços prestados referente ao mês, quantidade de resíduos coletados, unidade operacional que efetuou o tratamento dos resíduos, número da licença ambiental pertinente e número da nota fiscal referente à medição.
28. Todo e qualquer processo de tratamento/destinação deverá ser executado em aterro sanitário licenciado pelos órgãos ambientais competentes, e comprovado pelo respectivo Certificado de Destinação Final do SINIR ou SINIR-ES, ou Declaração de recebimento do SINIR ou SINIR-ES, após a execução do serviço.
29. O destino dos resíduos para o aterro sanitário licenciado poderá ser comprovado por meio de apresentação de documentos, tais como: declaração de recebimento de resíduos do SINIR ou SINIR-ES; ticket de pesagem de resíduo fornecido pelo aterro sanitário; ou outro fornecido pelo aterro sanitário via SINIR ou SINIR-ES. Este comprovante deverá ser enviado para o gestor do contrato ao final de cada mês, e/ou, quando solicitado, obedecendo o prazo máximo de 24h.

Será ainda responsabilidade da contratada as seguintes atividades:

- a). fornecimento de mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final sustentável e ambientalmente correta a todo e qualquer resíduo químico (sólidos e líquidos);
- b). fornecimento de materiais para a execução do serviço coleta, transporte, tratamento e destinação final sustentável e ambientalmente correta a todo e qualquer resíduo químico (sólidos e líquidos);
- c). fornecimento de equipamentos necessários para a realização do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final sustentável e ambientalmente correta a todo e qualquer resíduo químico (sólidos e líquidos);
- d). eliminar ou reduzir os resíduos de forma completa, neutralizando os agentes químicos e alterando as características físico-químicas, sem poluir o meio ambiente;
- e). apresentar protocolo por escrito de conduta em caso de derramamento de resíduo durante a coleta e transporte, onde conste a notificação aos órgãos ambientais e de saúde pública;
- f). apresentar plano de contingência em caso de interrupção do processo; e
- g). durante a vigência do contrato, caso exista alteração do processo de tratamento, ela deverá ser apresentada à equipe de agentes fiscalizadores do contrato.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade a ser contratada baseou-se nas justificativas e nos históricos de coletas realizadas nas unidades dos *Campi* da UFES, os quais estão detalhados no Anexo II deste ETP. Segue, na tabela abaixo, o resumo das informações:

### 1. *Campus* de Alegre

Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	7.500 kg
Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	8.000 kg

### 2. *Campus* Maruípe

Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	5.500 kg
Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	550 kg
Coleta e transporte, até seu destino final, de resíduo de serviço de saúde (líquido) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA); exclusivo resíduo de formaldeído - coletado do tanque de armazenamento do Departamento de Morfologia-DM/CCS, por meio de veículo específico, equipado com sugador.	12 viagens
Tratamento e destinação final de resíduo de serviço de saúde (líquido) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA); exclusivo resíduo de formaldeído, referente ao item 3 - coletado do tanque de armazenamento do Departamento de Morfologia-DM/CCS, coletado e transportado por meio de veículo específico, equipado com sugador.	22.800 kg

### 3. *Campus* São Mateus

Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	3.920 kg
Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	4.750 kg

### 4. *Campus* Goiabeiras

Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	2.500 kg
Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	16.000 kg

Dessa forma, nos *Campi* da UFES, estão previstas, anualmente, a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final de 19.420 kg de resíduos de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) e de 52.100 kg de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA), dos quais 22.800 kg referem-se a resíduos de formaldeído, que demandam coleta em veículo equipado com sugador (previsão de 12 viagens nesse veículo específico).

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 726.631,56

Foi realizada a pesquisa de preços, através de consultas a empresas que atuam no mercado, conforme Anexo III deste ETP.

Conforme Anexo V deste ETP, a estimativa de custo para a contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de 19.420 kg de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) e de 52.100 kg de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA), dos quais 22.800 kg referem-se a resíduos de formaldeído, que demandam coleta em veículo equipado com sugador (previsão de 12 viagens nesse veículo específico), feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo), é de R\$ 726.631,56 (setecentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos).

### 1. Campus de Alegre

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	7.500 kg	9,21	69.075,00
2	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	8.000 kg	12,31	98.480,00

### 2. Campus de Maruípe

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	5.500 kg	11,19	61.545,00
2	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	550 kg	10,92	6.006,00
3	Coleta e transporte, até seu destino final, de resíduo de serviço de saúde (líquido) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA); exclusivo resíduo de formaldeído - coletado do tanque de armazenamento do Departamento de Morfologia-DM/CCS, por meio de veículo específico, equipado com sugador.	12 viagens	3.057,88	36.694,56
4	Tratamento e destinação final de resíduo de serviço de saúde (líquido) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA); exclusivo resíduo de formaldeído, referente ao item 3 - coletado do tanque de armazenamento do Departamento de Morfologia-DM/CCS, coletado e transportado por meio de veículo específico, equipado com sugador.	22.800 kg	6,16	140.448,00

### 3. Campus de São Mateus

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
------	-----------	------------	----------------------	-------------------

1	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	3.920 kg	11,15	43.708,00
2	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	4.750 kg	13,94	66.215,00

4. *Campus* de Goiabeiras

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE A e CLASSE E (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	2.500 kg	8,44	21.100,00
2	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (sólidos e líquidos) - CLASSE B (RDC 222/2018 - ANVISA) - feita por caminhão coletor, por conta da contratada, incluso combustível, motoristas e coletores (sacolas, caixas, descarpacks, frascos, bombonas, entre outras embalagens necessárias, conforme o tipo de resíduo).	16.000 kg	11,46	183.360,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Optou-se pelo parcelamento da solução. Considerando as particularidades de cada *Campi* e que o gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deve ser executado de forma integral, célere e segura, a opção de contratação em lotes é a alternativa mais acertada para ampliar a participação de fornecedores e para dar autonomia na gestão/fiscalização local dos contratos a serem celebrados. A má execução desse serviço pode ocasionar o acúmulo de material armazenado enquanto se aguarda a continuidade da coleta e destinação, o que compromete a eficiência da cadeia de descarte e representa um risco à saúde e à segurança da comunidade universitária.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há registros de contratações anteriores ou previstas que guardem relação ou afinidade com o objeto da contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação foi incluída no Plano Anual de Contratações de 2026 da Universidade Federal do Espírito Santo (DFD 42/2026; Contratação nº 116/2026).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, gerados nos *Campi* da UFES, é necessária e, sob a perspectiva do interesse público, visa alcançar os seguintes benefícios: (i). a destinação correta dos resíduos gerados pelas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atendimento ao público; (ii). a promoção da preservação ambiental; (iii). a proteção à saúde dos usuários dos laboratórios das unidades dos *Campi*, ou seja, a segurança dos estudantes, docentes e técnico-administrativos envolvidos nas práticas didáticas e atendimentos clínicos; (iv). a garantia do funcionamento regular de laboratórios, clínicas e demais ambientes acadêmicos, possibilitando a continuidade da prestação dos serviços que geram os referidos resíduos; e (v). o atendimento à legislação vigente.

## 13. Providências a serem Adotadas

Embora a UFES já possua experiência prévia com a celebração de contratos dessa natureza, estando, portanto, plenamente apta a receber a prestação dos serviços é importante observar / adotar as seguintes providências:

- a). disponibilização de informações necessárias ao cumprimento do objeto na forma contratada;
- b). para a fiscalização dos serviços, conforme determina a IN 05/2017, e demais normativos legais, deverá ser providenciada capacitação continuada dos servidores envolvidos para atuarem na contratação e fiscalização dos futuros contratos;
- c). A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, tendo a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, observadas as disposições do artigo 106 da Lei 14.133/2021.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

O maior problema dos resíduos é o descarte inadequado gerando um potencial risco à saúde e ao meio ambiente, dessa forma, precisam ser administrados e descartados de maneira correta desde o momento da geração até o destino final.

*"Os RSS são considerados perigosos, sendo a periculosidade atribuída ao caráter de toxicidade e de patogenicidade. O caráter patogênico é inerente aos RSSS uma vez que em sua composição são encontrados microorganismos que podem afetar a saúde humana."* (MARTINS, 2004, p. 33)

*"O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos pode resultar em riscos indesejáveis às comunidades, constituindo-se ao mesmo tempo em fator de degradação ambiental e em problema de saúde pública. Assim o entendimento dos mecanismos de degradação ambiental e as formas de preservação e recuperação do ambiente devem ser considerados, de forma a definir e identificar ações técnicas para a gestão dos resíduos."* (LEE, 2007, p. 36).

Considerando que os serviços descritos no objeto desta contratação seguirão, no que couber, as normas, leis, regulamentos relacionados a seguir, não se esperam impactos ambientais negativos significativos decorrentes da execução do serviço:

- a). Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 02/08/2010;
- b). Decreto Federal nº 10.388, de 05/06/2020;
- c). Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 222, de 28/03/2018;
- d). Resolução do Ministério dos Transportes nº 420, de 12/02/2004;
- e). Resolução do CONAMA nº 358, de 29/04/2005;
- f). Norma Brasileira da ABNT nº 10.004/2004;
- g). Norma Brasileira da ABNT nº 7.500/2023;
- h). Política Estadual de Resíduos Sólidos do Espírito Santo, Lei nº 9.264, de 15/07/2009;
- i). Decreto Estadual-ES nº 5.177 - R, de 15/07/2022; e
- j). Plano de Coleta Seletiva e Destinação Final dos Resíduos Gerados dentro das Unidades Físicas da UFES.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se viável, uma vez que foi inserida no Plano Anual de Contratações de 2026 e foi planejada em conformidade com a Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/ME, a Instrução Normativa nº 58/2022/SEGES/ME, bem como com a legislação aplicável à matéria. Os custos

estimados são compatíveis com os valores de mercado e evidenciam a economicidade da solução proposta. Os riscos identificados são considerados administráveis, cabendo à UFES priorizar o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados, de modo a viabilizar a plena consecução dos benefícios esperados com a contratação em tela.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ERIVELTON COSTA SOUZA**

Membro da comissão de contratação

**MARCELLY ORCAI MARQUES**

Membro da comissão de contratação

**VINICIUS BORGES TAQUETTI**

Membro da comissão de contratação

**FERNANDO ESTEVAO DE CASTRO MESQUITA**

Membro da comissão de contratação

**GUILHERME MENDONCA BITTENCOURT CARVALHO**

Membro da comissão de contratação

**RODOLPHO JOSE DA SILVA BARROS**

Membro da comissão de contratação

**RODRIGO COFFLER BATISTA**

Membro da comissão de contratação

**CARLOS ANDRE PIAO**

Membro da comissão de contratação

**ERIVELTON TORETA BRAZ**

Membro da comissão de contratação

**VANESSA ROZINDO DE OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação